

Suspensas as negociações com os bancos

Dívida ext

por Paulo Sotero
de Washington

A tentativa de concluir a renegociação plurianual da dívida externa brasileira antes da posse de Tancredo Neves, desejada tanto pelo presidente eleito quanto pelos banqueiros, foi formalmente sepultada ontem, em Nova York, pelo comitê que representa os bancos credores do Brasil.

De acordo com um comunicado divulgado à noite por William Rhodes, o presidente do comitê, as negociações foram "supensas". Seu reinício ficará na "dependência de discussões entre o governo brasileiro e a direção do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre o programa econômico do Brasil em 1985".

Na prática, o colapso das negociações significa que o acerto da questão da dívida ficou para o próximo governo. O acordo, em princípio para o reescalonamento de US\$ 45,3 bilhões da dívida por dez-

seis anos, cujos termos foram acertados no mês passado pelo presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, foi congelado e só voltará a ser considerado quando o governo brasileiro tiver negociado um novo programa de ajustamento econômico com o FMI, substancialmente diferente do que está contido na inviável sétima carta de intenção.

Na melhor das hipóteses, este processo estará concluído apenas em abril ou maio. Um sinal disso está no próprio comunicado de Rhodes. A pedido do governo brasileiro, diz o texto, os bancos prorrogaram até 31 de maio as linhas de crédito comercial e interbancário, bem como as medidas interinas acertadas em dezembro para a administração dos vencimentos da dívida em 1985, até a assinatura do acordo. Independente da data em que as negociações forem retomadas, não há nenhuma garantia de que os termos

acertados por Pastore continuarão valendo. "O pacote só estará fechado depois que fechar. Ninguém sabe se o próximo governo aceitará o que já foi negociado", advertiu uma fonte do comitê de bancos.

Este desfecho tornou-se inevitável diante do telex enviado na tarde de ontem pelo diretor-gerente do Fundo, Jacques de Larosière, a Rhodes, relatando o resultado das duas conversas que teve com o ministro Ernane Galvêas, na segunda e terça-feiras, em Washington.

De acordo com fontes familiarizadas com o assunto, Larosière comunicou a Rhodes que, diante da impossibilidade de o governo brasileiro honrar as metas da sétima carta de intenção, em virtude do estouro da base monetária e da inflação, nos meses de dezembro e janeiro, o programa brasileiro terá de ser totalmente revisto e reformulado.

Este exercício começará na próxima segunda-feira, com a chegada de uma equipe técnica da Seplan a Washington. De acordo com informações que Thomas Reichmann, chefe da Divisão do Atlântico do FMI, transmitiu por telefone ao comitê de bancos antes da chegada do telex de Larosière, a equipe de negociadores brasileiros seria integrada por representantes da futura administração, indicados por Tancredo Neves.

Esta mesma informação fora antecipada, horas antes, a este jornal por uma fonte oficial americana: "A equipe brasileira só será levada a sério por Larosière se incluir representantes do próximo governo. Ele está passado com Galvêas, Pastore e a atual equipe econômica. E tem razões para isso", disse o funcionário.

A irritação de Larosière, de acordo com a fonte, é fácil de entender. A sétima carta, contendo as metas de 1985, foi concluída em 20 de dezembro, mas só foi enviada ao FMI no dia 15 de janeiro. Naquela data, Galvêas e Pastore já sabiam dos desvios que haviam ocorrido em dezembro, dispunham de indicações de que as coisas em janeiro continuavam fora dos trilhos e tinham consciência, portanto, de que as metas do programa de 1985 eram inatingíveis", ponderou o